Evidenciação dos artefatos da contabilidade gerencial das empresas do setor de atuação de utilidade pública da BM&FBovespa

Talyta Eduardo Oliveira (UFC) - talyta.edu.oli@gmail.com

Cicero Philip Soares do Nascimento (UFC) - philip_nascimento@yahoo.com.br

Emanuel Dheison dos Santos Penha (UFC) - emanueldheison@hotmail.com

Eugênia Vale de Paula (UFC) - eugeniavp@gmail.com

Resumo:

A contabilidade gerencial e as ferramentas de apoio evoluíram de acordo com as exigências do mercado, tornando-se importante no processo de tomada de decisão. Por causa da necessidade de transparência exigida pelo mercado, este trabalho propôs-se a investigar as práticas de evidenciação dos artefatos da contabilidade gerencial das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBovespa pela ótica do isomorfismo. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo; ANOVA de um fator; e teste de média, para analisar duas variáveis independentes. Os resultados encontrados mostram que o setor de energia elétrica apresenta uma gama maior de artefatos gerenciais comparados aos setores de água e esgoto e gás. Constatou-se que, no geral, os artefatos evidenciados pelos três setores são semelhantes, e que o mais evidenciado é o Valor Presente. As empresas dos setores de água e esgoto e gás apresentaram isomorfismos normativos e miméticos; já as empresas de energia elétrica apresentam os três tipos de isomorfismo, inclusive o coercitivo. Os artefatos evidenciados encontram-se no segundo estágio evolutivo, mostrando o interesse em apresentar a forma de planejamento e controle social. Não há diferenças estatísticas quando comparados à quantidade de artefatos evidenciados com a origem de capital diferente, nível de mercado e empresas Big Fours de auditoria. Porém, as maiores médias de evidenciação são de Empresas estatais, Nível 1 e Big Fours. Conclui-se que na evidenciação dos artefatos predomina o isomorfismo normativo, oriundos de regras do CPC, e o mimético, oriundos de artefatos já institucionalizados como eficientes.

Palavras-chave: *Artefatos da Contabilidade Gerencial. Isomorfismo. Contabilidade Gerencial*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Evidenciação dos Artefatos da Contabilidade Gerencial das Empresas do Setor de Atuação de Utilidade Pública da BM&Fbovespa

Resumo

A contabilidade gerencial e as ferramentas de apoio evoluíram de acordo com as exigências do mercado, tornando-se importante no processo de tomada de decisão. Por causa da necessidade de transparência exigida pelo mercado, este trabalho propôs-se a investigar as práticas de evidenciação dos artefatos da contabilidade gerencial das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&Fbovespa pela ótica do isomorfismo. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo; ANOVA de um fator; e teste de média, para analisar duas variáveis independentes. Os resultados encontrados mostram que o setor de energia elétrica apresenta uma gama maior de artefatos gerenciais comparados aos setores de água e esgoto e gás. Constatou-se que, no geral, os artefatos evidenciados pelos três setores são semelhantes, e que o mais evidenciado é o Valor Presente. As empresas dos setores de água e esgoto e gás apresentaram isomorfismos normativos e miméticos; já as empresas de energia elétrica apresentam os três tipos de isomorfismo, inclusive o coercitivo. Os artefatos evidenciados encontram-se no segundo estágio evolutivo, mostrando o interesse em apresentar a forma de planejamento e controle social. Não há diferenças estatísticas quando comparados à quantidade de artefatos evidenciados com a origem de capital diferente, nível de mercado e empresas Big Fours de auditoria. Porém, as maiores médias de evidenciação são de Empresas estatais, Nível 1 e Big Fours. Conclui-se que na evidenciação dos artefatos predomina o isomorfismo normativo, oriundos de regras do CPC, e o mimético, oriundos de artefatos já institucionalizados como eficientes.

Palavra-chave: Artefatos da Contabilidade Gerencial, Isomorfismo, Contabilidade Gerencial

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 Introdução

A contabilidade gerencial evoluiu de acordo com as necessidades dos ambientes de negócios. Para Martin (2001), o perfil da contabilidade no mercado no início do século XXI era de transmitir informações basicamente financeiras. A contabilidade gerencial ganhou mais destaques nas organizações quando a informação gerada por ela passou a dar subsídios para os gestores tomarem decisões.

Com o intuito de fornecer informações necessárias para as tomadas de decisões, a contabilidade necessita de instrumentos de apoio que foram evoluindo e sendo agregados aos que já existiam, para proporcionar informações que possibilitassem a tomada de decisão por parte dos gestores. Esses instrumentos de apoio à contabilidade gerencial são também conhecidos como os artefatos, porém de acordo com Beuren e Dallabona (2012) nem todos os mecanismos utilizados como base para a tomada de decisão são conhecidos pelos usuários dessas informações, podendo estes serem internos ou externos.

Nesse cenário de mudanças, a evolução econômica do mercado também proporcionou a necessidade de transparência das práticas empresariais. As empresas, principalmente as de capital aberto, tendem a divulgar suas práticas através de Notas Explicativas, Relatórios Anuais e de Sustentabilidade. Pesquisas mostram que o tamanho da empresa, alavancagem, características de quem controla o capital e empresas de auditoria, especificamente as Big Fours, são fatores determinantes para a evidenciação (CLARKSON, RICHARDSON; VASVARI, 2008; MURCIA; SANTOS, 2009). Percebe-se que as empresas tendem a apresentar práticas semelhantes quando submetidas aos mesmos contextos com o intuito de adequar as informações relevantes às necessidades dos seus usuários.

Diante disso, têm-se o isomorfismo advindo da Nova Teoria Institucional. De acordo com Greenwood et al (2008), as organizações tornam-se isomórficas para terem a aprovação social, sendo influenciadas diretamente por pressões internas e externas. As práticas advindas das pressões da sociedade uma vez institucionalizadas são resistentes a mudanças. Espera-se que todas as organizações, dentro do mesmo contexto, respondam da mesma forma às pressões institucionais (GREENWOOD et al, 2008). Segundo Beuren e Dallabona (2012), de acordo com a Teoria Institucional, as organizações são levadas a tornarem-se similares devido a pressões externas e internas. Outro tema também abordado pela a Teoria Institucional, e também pode ser utilizado dentro das organizações, é o conceito de legitimidade, que se refere à relação entre as organizações e leis, normas e valores sociais que são tidas como quase inquestionáveis.

Nesse contexto, têm-se como questão de pesquisa: quais as práticas de evidenciação dos artefatos da contabilidade gerencial das empresas do setor de atuação de utilidade pública listadas na BM&FBovespa, pela ótica do isomorfismo? A escolha desse setor de mercado foi feita por conter segmentos com grande visibilidade nacional que, por serem relacionados aos impactos socioambientais, atuam e divulgam mais suas ações sociais, sendo setores que devem maior transparência a sociedade.

O objetivo geral do presente trabalho é investigar as práticas de evidenciação dos artefatos da contabilidade gerencial das empresas do setor de atuação de utilidade pública listadas na BM&FBovespa pela ótica do isomorfismo. Os objetivos específicos são: (i) comparar os artefatos da contabilidade gerencial apresentados nos setores de água e esgoto, energia elétrica e gás; (ii) analisar a postura isomórfica na evidenciação dos artefatos da contabilidade pelas empresas de acordo com a origem de capital, empresas de auditoria e segmento de listagem da BM&FBovespa; (iii) identificar em que estágio se encontram os artefatos evidenciados pelas empresas em análise; e (vi) averiguar as características do isomorfismo utilizados por essas empresas (mimético, coercitivo e normativo).

A pesquisa é de caráter qualitativo, utilizando as empresas do setor de atuação de utilidade pública no período de 2010 a 2012. Para analisar os artefatos dessas empresas, utilizou-se a apresentação em estágios evolutivos feita por Soutes e Zen (2005) e Soutes e Guerreiro (2007), relacionado aos artefatos da contabilidade gerencial. As informações sobre a evidenciação dos artefatos da contabilidade nas empresas de segmento de mercado foram coletadas nas Notas Explicativas, Relatórios Anuais e de Sustentabilidade. Os dados sobre a origem do capital foram retirados dos formulários cadastrais, os níveis de mercado, empresas de auditoria e os demais dados financeiros foram retirados dos dados presentes na BM&FBovespa.

Este estudo justifica-se por sua contribuição para a comunidade acadêmica da evidenciação dos artefatos sob a ótica do isomorfismo e a análise detalhada da utilização desses artefatos nos segmentos de utilidade pública. Dessa forma, espera-se que esses setores apresentem uma quantidade de informações com qualidade que sejam capazes de diminuir a assimetria informacional e assim permita que os usuários das informações possam identificar os artefatos gerenciais utilizados por essas empresas.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria do *Disclosure* Voluntário

A divulgação é vista atualmente pelo mercado como forma de melhorar a qualidade da comunicação corporativa. As empresas cobram dos profissionais da contabilidade por informações que não são necessariamente de caráter financeiros. Diante desse cenário, os pesquisadores contábeis estão focados em estudar a qualidade das formas de mensuração das divulgações voluntárias (BEATTIE; MCINNES; FEARNLEY, 2004).

Segundo Verrechia (2001), o papel da contabilidade no que envolve a *disclosure* das informações econômicas é substancial, devendo apresentar a relação existente entre os relatórios financeiros e os seus impactos nas atividades econômicas.

As empresas precisam expandir suas informações, além do enfoque financeiro, de forma que as práticas das empresas tornem-se transparentes, servindo como uma prestação de contas aos interessados e criando valor competitivo para a empresa (LEV; ZAROWIN, 1999). Segundo Colis (2001) o investidor munido de informações sobre as estratégias da empresa pode tomar decisões com base no valor futuro da firma.

Segundo Beattie, McInnes e Fearnley (2004) têm-se a necessidade de informações voltadas para o futuro da empresa que não são de caráter financeiro, pois não podem ser quantificadas, e que são publicadas nos relatórios anuais das empresas. As informações quantificadas e de caráter financeiro são publicadas nas demonstrações contábeis de cada período apresentando a realidade da empresa naquele momento.

O *disclosure* voluntário é mais bem percebido em relatórios anuais das empresas, onde grande parte das informações apresentadas não são exigidas por regulamentos, outras informações podem ser encontradas nos sites das entidades, onde é divulgado a missão da empresa, e na imprensa com o intuito de atingir o público investidor (FERREIRA; REZENDE, 2007).

As informações apresentadas representam como os administradores pretendem gerenciar os recursos dessas empresas para o futuro. Diante dessas informações relacionadas aos planos futuros, os parceiros e investidores possuem dados que os permitem avaliar a rentabilidade de seus investimentos (FERREIRA; REZENDE, 2007).

As razões para a divulgação voluntária de informações da empresa são inúmeras podendo variar em diminuir incertezas ou influenciar na tomada de decisões dos investidores ou até mostrar a capacidade de seus gestores em administrar os recursos, devendo os gestores avaliar os efeitos da apresentação desses dados considerando os custos e os benefícios para a entidade (FERREIRA; REZENDE, 2007).

Para Dantas (2004) os gestores precisam considerar o quanto se deve evidenciar e o que evidenciar de acordo com o custo e o benefício que essa divulgação pode trazer, devendo os benefícios dessa divulgação para a empresa ultrapassar o custo para produzi-la.

Verrechia (2001) argumenta que para os gestores conseguirem seus objetivos, que é maximizar o lucro, devem escolher e divulgar informações que consideram favoráveis para a empresa e manter internamente as que por ventura possam desfavorecer suas práticas.

As informações apresentadas nos relatórios anuais estão focadas em tornar claras as práticas empresariais para os clientes (fornecedores, investidores e credores) que as utilizam como auxílio para investir ou não na empresa, pois apresentam dados operacionais, financeiros, estratégias, apresentação dos negócios da empresa e informações de eventos futuros (BEATTIE; MCINNES; FEARNLEY, 2004).

Porém para Verrechia (2001) a produção dessas informações são mais complexas do que se pode imaginar. A Teoria da Divulgação ainda não possui uma característica homogênea, sendo interpretada por literaturas diferentes como finanças, contabilidade e economia assumindo particularidades de cada literatura e sendo interpretadas como tal.

As informações voluntárias são caracterizadas pela relação custo e benefício de sua divulgação, informações que não geram custos devem ser apresentadas, a não divulgação é interpretada pelo mercado como algo ruim que desfavorece a empresa e por isso o interesse dos gestores na sua omissão (VERRECHIA, 2001).

As empresas tendem a aderir ao *disclosure* voluntário visando os seus benefícios, pois Dantas et al (2005), destaca que a evidenciação contábil valoriza a entidade e contribui para o desenvolvimento do mercado de capital, ajudando na redução do custo de capital.

2.2 Isomorfismo

A teoria institucional foi incorporada às organizações a partir da década de 40, quando segundo Quinello (2007) passou-se a dar mais atenção às influências que estas sofriam do seu ambiente externo.

Para Tolbert e Zucker (1998), a teoria institucional é um campo organizacional que ainda precisa ser bem entendido, pois ela própria não foi institucionalizada, dado que não apresenta uma padronização quanto ao método e técnicas de estudo.

Para Quinello (2007), as organizações como localizador de fenômenos sociais são moldadas de acordo com as pressões do ambiente externo. Corroborando com essa ideia Greenwood *et al.* (2008) afirma que as pressões institucionais afetam todas as organizações, estas são influenciadas pelo contexto de institucional que estão inseridas.

Diante disso, as organizações tornam-se isomórficas com o intuito de ter aprovação social, adotando práticas institucionais tidas como certas, tornando-se resistentes a mudanças. Dessa forma quando os valores sociais atrapalham as práticas institucionais, as organizações adotam práticas para se legitimarem (GREENWOOD *et al.*, 2008).

Segundo Greenwood *et al.* (2008), inicialmente o isomorfismo era utilizado como uma relação entre a organização e o contexto da empresa, mas depois passou a significar que todas as organizações respondiam de maneira semelhante as pressões institucionais. Berger e Luckmann (1998) chamam de tipificação das ações, tornando-as institucionalizadas devido à repetição, habitualização e ampla aceitação.

Nesse sentido, de acordo com DiMaggio e Powell (2007), emergem no campo organizacional forças poderosas que tornam as organizações semelhantes umas às outras. O isomorfismo é assim um processo que faz com que uma empresa se assemelhe a outra quando estão submetidas às mesmas condições ambientais.

DiMaggio e Powell (2007) dividem o isomorfismo em dois tipos, o competitivo, empresas que competem por recursos e consumidores, e o institucional, que além dos recursos e consumidores competem pelo poder político, legitimação institucional, ajustamento social e econômico.

O isomorfismo institucional subdivide-se em três mecanismos, coercitivo, mimético e normativo. O mecanismo coercitivo é resultante de pressões de órgãos dos quais as funções das organizações dependem. As organizações, geralmente, seguem delegações governamentais, leis e normas internas. O mecanismo mimético é a necessidade de respostas às incertezas que fazem com que empresas imitem modelos viáveis e de pequeno custo. O mecanismo normativo está relacionado ao empregado, como profissional dentro de uma empresa, tem a necessidade de se adaptar a cultura da empresa para definir condições de trabalho (DIMAGGIO; POWELL, 2007; QUINELLO, 2007).

Becker (2010) propõe quatro mecanismos para explicar a homogeneidade institucional, lembrando que tais mecanismos podem também levar a divergência, dependendo das condições institucionais, a saber, o poder, a atração, o mimetismo e a competição. O poder é quando atores externos conseguem impor um novo modelo. A atração ocorre quando a entidade está procurando por modelos de melhores práticas que ajudem a resolver um determinado problema que estão enfrentando. O mimetismo, assim como a atração, procura modelos institucionais, porém os atores reagem às regras institucionais necessitando de legitimação. Por fim, têm-se a competição tornam os modelos institucionais homogêneos, já que as organizações procuram otimizar a sua produção e diminuir os custos da informação.

As empresas tendem a apresentar práticas similares, as divulgações dessas práticas ajudam a essas organizações a se legitimarem perante a sociedade. A homogeneidade das práticas só é possível se as empresas conhecerem as práticas uma das outras, coletando essas

informações em relatórios ou mesmo funcionários que migram de uma empresa para outra podem fornecer essas informações.

2.3 Contabilidade Gerencial e artefatos da contabilidade gerencial

O papel da contabilidade gerencial evoluiu de acordo com as necessidades e exigências do mercado e as informações geradas pela contabilidade gerencial tornaram-se cada vez mais importantes para as tomadas de decisões nas empresas.

De acordo com Siegel et al (1999), no início dos anos 80 a contabilidade gerencial era tida como um órgão de *Staff*, sem grande importância no processo de tomada de decisão para as empresas, funcionava apenas como mais um instrumento de apoio ao controle. Para Martin (2002), na metade do século XX, só era conhecida a contabilidade financeira com suas normas e padrões de informações para serem divulgadas para os usuários externos. Tal fato padronizou informações básicas que deveriam ser apresentadas nos demonstrativos de cada empresa. Esse período de regulamentação tirou o foco do gerencial da contabilidade. Porém a contabilidade gerencial não estagnou e continuou evoluindo de acordo com as necessidades da gestão empresarial.

A denominação contabilidade gerencial com objetivos e parâmetros é recente, surgiu em 1989 no trabalho do IMA (*Institute Management Accounting*) o qual apresentou posteriormente os estágios evolutivo dos artefatos da contabilidade gerencial. Os estágios evolutivos apresentam ferramentas utilizadas pela contabilidade gerencial para gerar informações que serão utilizadas nas tomadas de decisões, conhecidas como artefatos da contabilidade gerencial. De acordo com o IMA, os estágios evolutivos são divididos em períodos diferentes que representam uma mudança de um estágio para o outro. De acordo com Soutes e De Zen (2005), esses estágios representam uma tentativa de organizar os artefatos.

Ressalta-se que os artefatos classificados no primeiro estágio são utilizados por algumas empresas até hoje, estes podem ser utilizados em qualquer estágio da evolução. Sulaiman et al (2004) apresenta outra forma de agrupar esses artefatos, estes podem ser classificados em Tradicionais e Modernos, considera que os artefatos tradicionais como orçamento e métodos de custeio, não representam as necessidades das empresas. Já a utilização de ferramentas modernas como Ciclo de vida, *Just in time* e ABC dariam uma melhor contribuição para o mercado que as empresas enfrentam atualmente.

Os artefatos apresentados não representam algo definitivo, pode surgir outros artefatos, já que o 4º estágio está em transformação, e de acordo com a necessidade do mercado pode ocorrer a substituição de artefatos já existentes.

2.4 Estudos Anteriores envolvendo artefatos da contabilidade gerencial

Foram pesquisados anais de eventos e revistas da área contábil, publicações que trabalhassem com o tema artefatos da contabilidade gerencial e seus estágios evolutivos. A seguir serão apresentados alguns estudos da área selecionados.

Soutes e De Zen (2005), tiveram como objetivo em qual estágio evolutivo a contabilidade gerencial brasileira se encontra. Foi verificado nas empresas brasileiras os artefatos da contabilidade gerencial utilizados, tendo como base o modelo do IMA (*Institute of Management Accountants*) que elencou os artefatos gerenciais em 4 estágios evolutivos. Foi aplicado um questionário entre pós-graduandos, com o intuito de saber sobre o uso e os benefícios percebidos por eles em empresas que atuam no Brasil. Os resultados encontrados mostraram que a maioria das práticas encontra-se no primeiro estágio.

Soutes e Guerreiro (2007) procuraram saber se empresas utilizam artefatos modernos da contabilidade gerencial, as empresas utilizadas na amostra são as indicadas para o Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA, constantes nas 500 Melhores e Maiores. A pesquisa obteve

como conclusão: 57% das empresas da amostra utilizaram artefatos modernos de Contabilidade Gerencial; empresas classificadas como “modernas” apresentam desempenho diferenciado daquelas classificadas como “tradicionais” e não foi possível identificar relacionamentos entre porte, setor econômico e controle acionário com utilização dos artefatos.

Sulaiman et al (2004) estudaram a utilização das técnicas de contabilidade gerencial classificadas como tradicionais e modernas. Os autores consideravam que os artefatos tradicionais já estavam ultrapassados e que não contribuía com a realidade do mercado em quatro países, os artefatos modernos é que seriam capazes de contribuir com o sucesso das empresas. Porém, os resultados mostraram que, nos países analisados (Singapura, Malásia, China e Índia), os artefatos tradicionais predominavam e que os artefatos modernos não foram mais utilizados.

Guerreiro, Cornachione Jr. e Soutes (2010), apresentaram como objetivos de pesquisa: (a) Avaliar se a(s) empresas brasileiras que se destacam pelo seu porte na economia brasileira utilizam artefatos modernos de Contabilidade Gerencial e (b) empresas que se destacam pela qualidade de suas informações aos usuários externos, também, se destacam pela maior utilização de artefatos modernos de Contabilidade Gerencial de apoio a usuários internos. Os resultados do estudo demonstram que (a) as empresas da amostra utilizaram artefatos modernos de Contabilidade Gerencial e (b) a amostra de empresas indicadas para o prêmio não se diferenciam, em termos de utilização de artefatos modernos de Contabilidade Gerencial, do grupo das demais empresas pesquisadas.

Oyadomari *et al.* (2008) tem como objetivo entender, à luz da teoria Neoinstitucional, a adoção de artefatos de contabilidade gerencial no ambiente empresarial brasileiro. A amostra da pesquisa foram 27 empresas de médio e grande porte para os quais foram enviados questionários estruturados com questões fechadas, construído a partir da Teoria Neoinstitucional e das pesquisas anteriores em Contabilidade Gerencial. A pesquisa concluiu que há uma adoção do tipo cerimonial na implementação dos artefatos; o mecanismo mimético é o mais importante na adoção dos mesmos; obtenção do conhecimento sobre novos artefatos ocorre preponderantemente pela forma de socialização do conhecimento; as consultorias tem papel importante na adoção dos artefatos; a imposição dos acionistas é pequena, sendo, portanto minimizado o mecanismo coercitivo e a decisão da escolha dos artefatos é prerrogativa do corpo diretivo e gerencial de empresa.

A presente pesquisa aproxima-se do trabalho de Oyadomari *et al.* (2008) no que diz respeito a estudar a adoção dos artefatos da contabilidade sob a ótica de uma teoria.

3 Metodologia

Conforme a taxonomia proposta por Collis e Hussey (2005), esta pesquisa é descritiva, pois descreve e avalia as características e o comportamento dos fenômenos de questões relevantes. A pesquisa foi realizada por meio de uma análise de conteúdo, o que caracteriza uma abordagem qualitativa dos dados.

A análise do conteúdo, segundo Chizzotti (2011), utiliza normas sistemáticas para extrair significados, quantificando a frequência de algumas palavras ou ideias que aparecem no texto, tornando-se uma pesquisa imparcial e objetiva. Assim, este estudo analisa os relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade buscando as palavras-chaves que estão presentes no quadro 1.

A presente pesquisa utilizará uma comparação longitudinal, o qual será analisado se as empresas divulgam os artefatos em um período de três anos, 2010 a 2012. A documentação utilizada para a análise de conteúdo foram relatórios anuais ou de sustentabilidade e notas explicativas de 2010 a 2012.

A população da pesquisa são todas as empresas listadas na BM&FBovespa que estão no setor de atuação de utilidade pública, que somam 75 empresas, em seguida foram retiradas da amostra aquelas que apresentavam relatórios anuais ou de sustentabilidade consolidados, sendo considerada para análise apenas os relatório da *holding*, diante disso a amostra é de 46 empresas.

Para a coleta de dados foram consultados os relatórios anuais e de sustentabilidade do período de 2010 a 2012 das empresas e que estavam disponíveis em seus *websites*. As notas explicativas também foram utilizadas como unidade de análise e foram coletadas na BM&FBovespa. As informações coletadas nos relatórios e nota explicativas são qualitativas referentes aos artefatos da contabilidade evidenciados.

Soutes e De Zen (2007) apresentam a classificação dos artefatos da contabilidade gerencial em quatro estágios de acordo com o IMAP. O primeiro estágio conhecido como o de “Determinação de custos e controles financeiros” é composto pelos artefatos Custeio por Absorção, Custeio Variável, Controle financeiro e operacional e Orçamento anual. O segundo estágio que representa a “Informação para o planejamento e controle gerencial” têm como artefatos Custo Padrão, Custo Baseado em Atividades, Método de Custeamento RKW, Orçamento de capital e Descentralização. Já no terceiro estágio que representa a “Redução de perdas de recursos em processos organizacionais” que é composto pelos artefatos Gestão Baseada em Atividades, Centros de Responsabilidades, Preço de Transferência, Custo Meta e Método de Custeio Kaizen. Por último, têm-se o 4º estágio “Criação de valor através do uso efetivo dos recursos” composto pelos artefatos Planejamento estratégico, Balanced Scorecard e Método de avaliação de desempenho: EVA e MVA.

Os dados referentes aos níveis de mercado foram retirados do *site* da BM&FBovespa. Os dados relacionados às empresas de auditoria e origens de capital foram retirados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) disponível no *site* da BM&FBovespa.

A análise dos dados foi feita em três etapas, tendo como primeira a análise de conteúdo para verificar os artefatos divulgados pelas empresas. Em seguida foi utilizado para análise a verificação da natureza dos dados. Se a distribuição for normal, o teste é de natureza paramétrica, se não o for, é de natureza não paramétrica. Para verificar tal fato, foi utilizado o teste de Kolmogov-Smirnov, que, conforme Bruni (2009), busca analisar se a função distribuição cumulativa observada de uma variável pode ser considerada uma função normal. Se o teste encontrar um nível de significância maior ou igual a 0,05 ($\text{sig} \geq 0,05$), aceita-se o fato de a variável em questão ser normalmente distribuída. Caso contrário, rejeita-se a hipótese da variável em questão ser normalmente distribuída. Para os artefatos, a significância encontrada foi 0,238. Logo, pode-se aceitar a hipótese de a variável ser normalmente distribuída.

Assim, deve ser utilizados testes de natureza paramétrica, como a ANOVA, no caso de houver mais de duas categorias nominais. Segundo Dancey e Reidy (2006), esse teste analisa as diferentes fontes de variação que podem ocorrer e procura por diferenças entre as médias dos grupos. Quando a variável analisada apresentou duas categorias nominais, o teste paramétrico a ser utilizado é o teste T, de igualdade de médias populacionais. Conforme Dancey e Reidy (2006), o teste t é usado quando se tem duas condições. Esse teste avalia se existe uma diferença significativa entre as médias dessas condições. Os dados foram coletados da pesquisa no Microsoft Excel e tratados no SPSS. O resultado estão expostos no próximo item.

4 Resultados da Pesquisa

A seguir pode-se perceber a frequência com que foram evidenciados os artefatos da contabilidade por empresas do setor de energia elétrica, água e esgoto e gás. Na tabela 1, têm-se os artefatos e a quantidade de sua evidênciação por um período de 3 anos.

Tabela 1 - Evolução da evidenciação dos artefatos nas empresas do setor de utilidade pública

Artefatos	2010	%	2011	%	2012	%	Total
Moeda constante	2	1,4%	4	2,5%	4	3,1%	10
Valor presente	39	28,1%	38	23,6%	40	30,8%	117
Retorno sobre o Investimento	13	9,4%	13	8,1%	5	3,8%	31
Benchmarking	11	7,9%	16	9,9%	9	6,9%	36
EVA	0	0,0%	0	0,0%	2	1,5%	2
Orçamento	25	18,0%	30	18,6%	28	21,5%	83
Simulação	5	3,6%	9	5,6%	6	4,6%	20
Descentralização	3	2,2%	4	2,5%	6	4,6%	13
Kaizen	2	1,4%	2	1,2%	2	1,5%	6
Planejamento estratégico	24	17,3%	30	18,6%	19	14,6%	73
Balanced Scorecard	15	10,8%	15	9,3%	9	6,9%	39
Total	139		161		130		430

Fonte: Elaborada pelos autores (2013).

Percebe-se que apesar da quantidade de artefatos evidenciados nos três anos estudados ser diferente, os artefatos, no geral, não apresentam evolução na evidenciação dos artefatos no período analisado. O ano de 2011 é o que mais evidenciou artefatos do período analisado, o ano de 2012 foi o que menos evidenciou, porém essa situação deve-se ao fato de que muitas empresas ainda não haviam divulgados seus relatórios anuais e de sustentabilidade quando os dados foram coletados. As oscilações na quantidade de artefatos evidenciados de 2010 para 2011, em sua grande maioria, é de 5 artefatos.

O artefato mais evidenciados nos relatórios e notas explicativas é o Valor Presente. Orçamento é o segundo artefato mais evidenciado, correspondendo na maioria pouco mais de 18%. O método Kaizen foi apresentado por apenas duas empresas que o evidenciou nos três períodos estudados. O artefato moeda constante foi pouco evidenciado e encontrado nas Notas Explicativas. Percebe-se que de acordo com a tabela 1 não ocorreu muita mudança na quantidade de artefatos evidenciados. Percebe-se que há uma institucionalização nos artefatos evidenciado e sua quantidade, não é perceptível nenhuma grande diferença de evidenciações dos artefatos.

Tabela 2 – Comparação de artefatos evidenciados entre os setores

Artefatos	Energia Elétrica	Água e Esgoto	Gás	Total
Moeda constante	6	4	0	10
Valor presente	99	12	6	117
Retorno sobre o Investimento	29	2	0	31
Benchmarking	33	3	0	36
EVA	1	1	0	2
Orçamento	75	6	2	83
Simulação	19	1	0	20
Descentralização	6	6	1	13
Kaizen	6	0	0	6
Planejamento estratégico	67	6	0	73
Balanced Scorecard	36	3	0	39
Total	377	44	9	430

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

O artefato moeda constante só foi evidenciado por 4 empresas, duas do setor de energia elétrica e duas do setor de água e esgoto, a empresa de energia elétrica o apresentou nos três anos analisados, esse artefato foi encontrado apenas em Notas Explicativas.

Destaca-se que o artefato valor presente foi evidenciado por várias empresas devido ao Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que recomendam a utilização do valor presente em algumas situações, ressalta-se que as empresas de energia elétrica. Ou seja, a grande evidenciação apresentada pelas empresas estudadas do artefato Valor Presente refere-se ao

isomorfismo normativo influenciado por uma norma que corroborando com os achados de SILVA et al (2012) são mais evidenciados em notas explicativas, apesar de também poderem ser encontrados em relatórios anuais e de sustentabilidade.

O artefato Orçamento é o segundo mais evidenciado. Os orçamentos evidenciados por empresas de água e esgoto devem-se ao fato de seus orçamentos anuais serem oriundos dos orçamentos do governo, já que as empresas são em sua maioria estatais. As empresas de gás, em sua totalidade, são de capital privado. O planejamento estratégico é o terceiro mais evidenciado, esse resultado justifica-se por este artefato já ser utilizado a bastante tempo pelas empresas do setor de energia elétrica que segundo Fishman e Zilber (1987) este setor começaram a utilizar essa ferramenta quando seu uso ainda era incipiente. Ressalta-se que o setor de energia elétrica é o que mais influencia na quantidade de artefatos evidenciados por apresentar o maior número de empresa que os demais setores analisados.

Os artefatos menos evidenciados são Kaizen e EVA, ressalta-se que alguns artefatos nem forma evidenciados como Just in time e ABC, essa situação pode ser justificada pelos achados no trabalho de Beuren e Macohon (2010) que encontraram que 60% dos projetos envolvendo EVA, Just in time, BSC e ABC ainda não conseguiram ser implantados em algumas empresas. A evidenciação do BSC não corrobora com os achados de Beuren e Macohin (2010), pois este foi evidenciado 39 vezes. Ressalta-se que os isomorfismo percebidos na comparação entre setores são o mimético e normativo. Os mais evidenciados como Orçamento, Planejamento Estratégico e *Balanced Scorecard* são oriundo do isomorfismo mimético o qual não há uma regra ou pressões externas que reforce a sua evidenciação nos relatórios. Já o Valor Presente representa o isomorfismo normativo, o qual as empresas evidenciam sua utilização pelo CPC.

As empresas analisadas compõem o setor de utilidade pública da BM&FBovespa. As empresas estão divididas em 38 de energia elétrica, 6 de água e esgoto e 2 de gás. A evidenciação dos artefatos serão apresentados por setor de atuação. A seguir a tabela 2, têm-se os artefatos evidenciados pelas empresas do setor de energia elétrica.

Tabela 2 - Artefatos evidenciados pelas empresas de Energia Elétrica

Energia Elétrica							
Artefatos	2010	% por empresas	2011	% por empresas	2012	% por empresas	Total
Moeda constante	2	5,3%	2	5,3%	2	5,3%	6
Valor presente	35	92,1%	31	81,6%	33	86,8%	99
Retorno sobre Investimento	13	34,2%	12	31,6%	4	10,5%	29
Benchmarking	10	26,3%	15	39,5%	8	21,1%	33
EVA	0	0,0%	0	0,0%	1	2,6%	1
Orçamento	23	60,5%	27	71,1%	25	65,8%	75
Simulação	5	13,2%	8	21,1%	6	15,8%	19
Descentralização	1	2,6%	2	5,3%	3	7,9%	6
Kaizen	2	5,3%	2	5,3%	2	5,3%	6
Planejamento estratégico	22	57,9%	28	73,7%	17	44,7%	67
Balanced Scorecard	13	34,2%	14	36,8%	9	23,7%	36
Total	126		141		110		377

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Percebe-se que o artefato mais evidenciado do setor elétrico é o Valor Presente, porém não foram apresentadas para todas as empresas do setor de energia elétrica, em 2010 mais de 90% das empresas evidenciaram estes artefatos, 80% a 92% das empresas de energia elétrica divulgam esse artefato em seus relatórios e/ou notas explicativas, a divulgação desse artefato é influenciado por ser uma recomendação do CPC, diante disso têm-se o isomorfismo normativo.

O Orçamento surge em segundo lugar com 75 evidenciações, 60% a 71% das empresas evidenciam esse artefato, de 38 empresas analisados nos 3 anos 23 a 27 empresas divulgam esse artefato. Em seguida, têm-se o planejamento estratégico, a utilização desse artefato pode-se entender que seja isomorfismo mimético e que não é tão recente, pois de acordo com Fishmann e Zilber (1987) concessionárias energéticas como CESP, CPFL e ELETROPAULO começaram a utilizar o planejamento estratégico ainda na década de 80. O Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL de 2007 apresenta o planejamento estratégico como parte do processo de engajamento das partes interessadas das informações. Dessa forma entende-se a evidenciação do artefato planejamento estratégico das empresas como coercitivo e mimético, pois já foi institucionalizado.

O *Balanced Scorecard* (BSC) surge como o quarto mais evidenciado por empresa. O BSC é citado nos relatórios como instrumento de apoio ao Planejamento Estratégico corroborando com a ideia de Tisott et al (2011) que afirma que o Planejamento Estratégico além de ser compreendido por todos, deve ser monitorado e ajustado de acordo com a sua evolução, ficando o BSC ferramenta de auxílio no monitoramento do desempenho da empresa. Diante disso, entende-se que em relação ao BSC têm-se um isomorfismo mimético, as empresas fazem porque uma determinada empresa fez e obteve bons resultados.

O quinto artefato mais evidenciado é o *Benchmarking*, este foi identificado apenas em Relatório Anual e Relatório de Sustentabilidade. O benchmarking apresentou um aumento na evidenciação dos seus artefatos, provavelmente influenciado pelo fato que até 2010 as concessionárias de energias não eram obrigadas a utilizar essa ferramenta de apoio à gestão apresentando um isomorfismo mimético, porém segundo Matos, Lopes e Costa (2010) a partir de setembro de 2010 a ANEEL abriu a discussão em torno das regras e metodologias para calcular os custos operacionais regulatórios para o 3º ciclo de tarifas, denominado *benchmarking*. Dessa forma, tem-se que essa informação influenciou no crescimento da evidenciação do uso do *Benchmarking* pelas empresas, dessa forma nesse período tem-se o isomorfismo coercitivo, pois a evidenciação surge de uma pressão externa do setor regulador.

Em 2012, esperava-se que o número de evidenciação do *Benchmarking* aumentasse, porém o resultado obtido foi o oposto, porém isso se deve ao fato de que algumas empresas no período de coleta de dados ainda não terem divulgado seus Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, mas espera-se que quando divulgados os relatórios seja encontrado o isomorfismo normativo. Por fim, têm-se os demais artefatos que não apresentam grande representatividade como Retorno sobre Investimento, moeda constante, EVA, Kaizen, descentralização e simulação foram evidenciados. Porém com pouca representatividade. Percebe-se que no geral a quantidade de empresas que divulgam determinados artefatos não apresenta grandes oscilações, os artefatos mais evidenciados são em sua maioria os mesmos, provavelmente estes já estão institucionalizados que sua divulgação é importante.

A seguir na Tabela 3, será apresentada a evidenciação do setor de Água e esgoto.

Tabela 3 - Artefatos evidenciados por empresas do setor água e esgoto

Água e esgoto							
Artefatos	2010	% por empresa	2011	% por empresa	2012	% por empresa	Total
Moeda constante	0	0,0%	2	33,3%	2	33,3%	4
Valor presente	2	33,3%	5	83,3%	5	83,3%	12
Retorno sobre o							
Investimento	0	0,0%	1	16,7%	1	16,7%	2
Benchmarking	1	16,7%	1	16,7%	1	16,7%	3
EVA	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	1
Orçamento	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	6
Simulação	0	0,0%	1	16,7%	0	0,0%	1
Descentralização	2	33,3%	1	16,7%	3	50,0%	6
Planejamento estratégico	2	33,3%	2	33,3%	2	33,3%	6

Balanced Scorecard	2	33,3%	1	16,7%	0	0,0%	3
Total	10		17		17		44

Dados: Elaborado pelos autores (2013).

O artefato mais evidenciado das empresas do setor de água e esgoto foi o Valor Presente, a quantidade de empresas que o evidenciam aumentou de 2 para 5. Em 2011 e 2012 mais de 83% das empresas evidenciaram este artefato, acredita-se que essa evidência deve-se ao CPC's, resultando em um isomorfismo normativo.

O artefato Orçamento foi evidenciado por 50% das empresas desse setor em 2011. O artefato descentralização também foi evidenciado por 50% das empresas em 2012. No geral os artefatos evidenciados representam pouco mais de 33% das empresas. Os demais artefatos não apresentam grande representatividade e são em sua maioria contínuos, com poucas empresas evidenciando determinados artefatos. Isso se deve pelo setor de água e esgoto ser, segundo Galvão Junior e Paganini (2009), classificado como complexo, caracterizado por monopólios naturais dos setores de utilidade pública, apresentando uma demanda inelástica e com um alto grau de assimetria informacional que dificultam arranjos institucionais na gestão e na forma de regular a prestação de serviço, pois não há competição, ressalta-se que quatro das empresas do setor de água e esgoto são estatais.

Devido às características de assimetria informacional do setor, a agência reguladora foca mais na qualidade do serviço prestado (GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, 2009). Diante disso, pode-se afirmar que o setor apresenta um isomorfismo normativo, a informação mais divulgada deve-se a uma recomendação do CPC's.

Ressalta-se que por serem empresas estatais, estas só evidenciam artefatos que já são exigidos por uma regra estabelecida que já deve ser cumprida ou por artefatos já institucionalizados por empresas do setor gerando um isomorfismo mimético com relação aos artefatos Planejamento Estratégico, Orçamento e Descentralização.

Tabela 4 - Artefatos evidenciados pelas empresas de Gás

Artefatos	Gás						Total
	2010	% por empresa	2011	% por empresa	2012	% por empresa	
Valor presente	2	100,0%	2	100,0%	2	100,0%	6
Orçamento	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	2
Descentralização	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	1
Total	3		3		3		9

Fonte: Elaborado pelos autores (2013)

De acordo com a tabela 4, o setor de gás apresenta total evidência do artefato Valor Presente em todos os anos pelas empresas estudadas. O orçamento foi evidenciado em dois momentos e descentralização que foi evidenciado no relatório de sustentabilidade como uma estratégia acertada. O setor de gás, assim como de água e esgoto, apresenta um isomorfismo normativo, devido às falhas das agências reguladoras. Segundo Pire e Piccinni (2007) o setor de gás é regulado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), porém esta não possui um marco regulatório desenvolvido. Ou seja, ao evidenciar Orçamento e Descentralização, as empresas estão praticando o isomorfismo mimético já que não há regulamento ou pressões externas para que estes sejam utilizados e muito menos evidenciados.

Para comparar a quantidades de artefatos entre os três setores desse estudo foi utilizado a ANOVA. Para o ano de 2010, a significância encontrada foi 0,083. Assim, tem-se que não há diferenças estatisticamente significantes entre as médias dos setores em 2010. Porém, para 2011 e 2012 a significância do teste foi de 0,140 e 0,534, respectivamente. O que significa que não se pode afirmar que há diferenças significantes entre as médias dos setores em 2011 e 2012. Na tabela 5, pode ser verificada a média da quantidade de artefatos dos setores desta pesquisa.

Tabela 5 – Média da quantidade de artefatos nos setores

Setor	N	Média em 2010	Média em 2011	Média em 2012
Energia	38	3,316	3,711	2,895
Água	6	1,667	2,833	2,833
Gás	2	1,500	1,500	1,500

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Percebe-se que a média de evidenciação dos artefatos do setor de energia são bem maiores, uma empresa de energia apresenta uma média de 3 artefatos por ano. O setor de água apresenta em média menos que 3 artefatos por ano. As empresas do setor de gás apresentam uma média de um pouco mais de um artefato por ano.

Também foi verificada, através da ANOVA, a diferença entre as quantidades de artefatos para o nível de mercado das empresas pesquisadas. A significância encontrada foi de 0,288 em 2010; 0,437 em 2011 e 0,108 em 2012. Assim, não há diferenças estatisticamente significantes entre a quantidade de artefatos dos níveis de mercado das empresas pesquisadas. A média dos níveis de mercado está na tabela 6.

Tabela 6 – Média da quantidade de artefatos no nível de mercados

Setor	N	Média em 2010	Média em 2011	Média em 2012
Mercado de Balcão	6	1,667	2,500	2,167
Tradicional	22	3,273	3,455	2,727
Nível 1	6	4,000	4,500	4,500
Nível 2	4	3,000	3,500	2,250
Novo Mercado	8	2,625	3,625	2,625

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Percebe-se que a grande maioria das empresas analisadas são do mercado tradicional, porém o nível de mercado com a maior média de evidenciação dos artefatos é o Nível 1 apresentado a maior média em todos os períodos analisados. Mercado de Balcão é o que apresenta menor evidenciação.

Para verificar se há diferenças entre as quantidades de artefatos entre as empresas de origem de capital pública e privada, recorreu-se ao teste T. A significância encontrada nesse teste foi de 0,349 em 2010; 0,260 em 2011 e 0,026 em 2012. Desse modo, pode-se afirmar que há diferenças estatisticamente significantes entre as quantidades de artefatos em 2012. No caso, em 2012, as empresas de origem de capital estatal tiveram, em média, mais artefatos publicados. Em 2010 e 2011 não houve diferenças. A média de quantidades de artefatos na origem de capital está na tabela 7.

Tabela 7 – Média da quantidade de artefatos na origem de capital

Setor	N	Média em 2010	Média em 2011	Média em 2012
Estatal	12	3,333	4,000	3,750
Privado	34	2,912	3,324	2,500

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Percebe-se que empresas estatais apesar de em menor quantidade apresentam médias menores. Para verificar se há diferenças entre as quantidades de artefatos entre as empresas auditadas por Big Four e Empresas não auditadas por Big Four também se recorreu ao teste T. Foi encontrada uma significância de 0,004 em 2010; 0,082 em 2011 e 0,409 em 2012. Assim, pode-se afirmar que há diferenças estatisticamente significantes entre as quantidades de artefatos em 2010, onde as empresa auditadas pela as Big Fours teve, em média, mais artefatos publicados. Em 2011 e 2012 não houve diferenças estatisticamente significantes. A média de quantidades de artefatos na origem de capital está na tabela X.

Tabela 8 – Média da quantidade de artefatos entre as empresas auditadas por Big Four e não auditadas

Setor	N	Média em 2010	Média em 2011	Média em 2012
Big Four	35	3,514	3,692	2,943
Outras	11	1,455	2,429	2,455

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

De acordo com a Tabela 8, as Big Fours apresentam uma média de evidenciação dos artefatos maior.

5 Conclusões

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar as práticas de evidenciação dos artefatos da contabilidade gerencial das empresas do setor de atuação de utilidade pública listadas na BM&FBovespa pela ótica do isomorfismo, utilizando os relatórios anuais, de sustentabilidade e notas explicativas das empresas do setor de utilidade pública.

No geral constatou-se que o isomorfismo predominantemente encontrado é o normativo, pois o artefato mais evidenciado é o Valor Presente, o grande número de evidenciação desse artefato se deve as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil, corroborando com os achados de Silva et al(2012) e Soutes e Guerreiro (2007). Ressalta-se que alguns artefatos são evidenciados de acordo com o isomorfismo mimético, estes já estão institucionalizados nos setores como é o caso do Orçamento evidenciado pelos três setores e o Planejamento Estratégico, evidenciado por dois setores.

Ao comparar os artefatos da contabilidade gerencial apresentados nos setores de água e esgoto, energia elétrica e gás, pode-se destacar como o setor que mais evidencia o de energia elétrica não apenas por apresentar um maior número de empresas analisadas, mas devido à rigidez e legitimidade que representa a atuante Agência Reguladora desse setor, influenciando até na quantidade de artefatos divulgados como é o caso do Benchmarking que teve sua evidenciação elevada no setor em 2011, devido à sugestão do modelo no terceiro ciclo de revisões tarifárias, a simples abertura para a votação do modelo fez com que esse artefato fosse mais divulgado pelas empresas, este artefato tornou-se obrigatório em 2012.

Os demais setores não apresentam uma agência regulatória atuante quanto o setor de energia, de forma que as empresas que compõem o setor de água e esgoto e gás limitam-se a evidenciar artefatos que apenas segue uma regra, não é algo novo as empresas precisam utilizar aquele artefato, a sua apresentação só evidencia algo que já é obrigado ser feito. O orçamento é um artefato evidenciado nos setores de forma mimética. Dessa forma, entende-se que as empresas evidenciam o que já se espera que seja feito.

Entende-se que o grau de evidenciação dos artefatos gerenciais das empresas reguladas dependem da atuação de sua Agência Reguladora, quanto mais atuantes forem sua agências maior é a quantidade de artefatos evidenciados.

A comparação das médias de evidenciação das empresas por setor têm-se que as média de divulgação dos artefatos não se diferenciam por nível de mercado, origem de capital e empresas de auditoria. Ressalta-se que as empresas do Nível 1, Estatais e Big Fours apresentam as maiores médias nos três períodos. Nesse caso apenas as empresas de auditoria influenciam a quantidade de artefatos evidenciados. As evidenciação dos artefatos é algo já institucionalizado, os setores limitam-se por evidenciar o que já tem normas estabelecidas ou artefatos que já são muito utilizados pelas empresas dos setores.

Os artefatos evidenciados estão no segundo estágio evolutivo podemos concluir que as empresas estão mais preocupadas em evidenciar os cuidados no planejamento e no controle gerencial do que artefatos tradicionais que apresentem a determinação dos custos e controle financeiro. O isomorfismo das empresas do setor de gás é normativo, em sua grande maioria. Empresas do setor de água e esgoto apresentam isomorfismo mimético e normativo. Por fim têm-se o setor de energia elétrico em que pode ser evidenciado o isomorfismo mimético, coercitivo e normativo.

Conclui-se que o isomorfismo predominante é o normativo, as empresas analisadas de uma maneira geral divulgam informações que já esperadas, pois são obrigadas a fazer. Têm-se também o isomorfismo mimético oriundo da divulgação de práticas já institucionalizadas como Orçamento e Planejamento Estratégico. A limitação dessa pesquisa encontra-se na disponibilização de relatórios anuais e de sustentabilidade no período estudado.

Referências

- BEATTIE, V.; McINNE, W.; FEARNLEY, S. Methodology for analyzing and evaluating narratives in annual reports: a comprehensive descriptive profile and metrics for disclosure quality attributes. *Accounting Forum*, v. 28, 2005-236, 2004.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BEUREN, I.M.; DALLABONA, L.F.; DANI, A.C. Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Economia e Administração*, v. 10, n.1, 44-65p, jan/mar.2011.
- BEUREN, I.M.; MACOHO, E.R. Estágios Evolutivos da Contabilidade Gerencial do IFAC Predominantes no Pólo Moveleiro de São Bento do Sul/SC. In.: VI Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2010, Recife/PE. **Anais...** VI Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (VI EGEPE), 2010.
- BRANCO, Manuel Castelo; RODRIGUES, Lúcia Lima. Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, v. 83, p.685-701, 2008. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>
- BROWN, William O.; HELLAND, Eric; SMITH, Janet Kihol
- BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CAMPBELL, David; MOORE, Geoff; SHRIVES, Philip. Cross-sectional Effects in Community Disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n.1, p. 96-114, 2006. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570610651966>
- CLARKSON, P.; LI, Y.; RICHARDSON G.D.; VASVARI, F.P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting Organizations and Society*, v. 33, n.4-5, p.303-327, 2008.
- DANCEY, Christine P.; REIDY, John. *Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para Windows*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DANTAS, J.A.; RODRIGUES, F.F.; RODRIGUES, J.M.; CAPELLETO, L.R. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, v.21,n.52, jan-abr, 2010, pp1-27.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. Jaula de ferro revisada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In: CALDAS, Miguel P.; BERTERO, Carlos Osmar. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FISCHMAN, A.A.; ZILBER, M. A. Planejamento estratégico nas empresas estaduais de energia de São Paulo. **Revista de Administração**, São Paulo 22 (3): 49-55, jul/set.1987.
- GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, W.S. Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Engenharia Sanitária Ambiental**, v.4, n.1, jan/mar 2009
- GREENWOOD, Royton; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kerstin; SUDDABY, Roy. Introduction. In: _____. **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. Los Angeles, Califórnia: SAGE Publications Ltd, 2008. p. 1-46.
- GUERREIRO, R.; CORNACHIONE JR, E.B.; SOUTES, D.O. Utilização de Artefatos Modernos de Contabilidade Gerencial por Empresas Brasileiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

- LEV, B. ZAROWIN,P. The boundaries of financial reporting and howto extend them. **Journal of Accounting Research**, v.37, n.2, p.353-385, 1999
- MARTIN, N. C. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 28, p. 7-28, 2002
- MATOS, G.B.R.P; LOPES, A.L.M; COSTA, M.A.Avaliação do Modelo de Benchmarking Proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica para Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias das Distribuidoras no Brasil. In:XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2012. **Anais... XXXVI EnANPAD**,2012.
- MURCIA, F.D.R.; SANTOS, A. Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário das Companhias Abertas no Brasil. **REPeC- Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.3, n.2, art.4, p.72-95, 2009.
- OYADOMARI, J.C.T et.al. Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle gerencial nas empresas brasileiras: um estudo exploratório sob a ótica da teoria institucional. **Revista de Contabilidade e Organização**, v. 2, n.2, p.55-70, jan/abr. 2008.
- PIRES, J.C.L; PICCININI. A Regulação dos setores de infra-estrutura no Brasil. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conheciment o/livro/eco90_07.pdf>. Acesso em: 22.jun.2013.
- QUINELLO, Robson. **A teoria institucional aplicada à administração**. São Paulo: Novatec, 2007.
- SILVA, J.F.B.A.; DOMINGOS,S..R.M.; GALLON, A.V.; LUCA, M.M.M. Evidenciação dos artefatos tradicionais e modernos das empresas de capital aberto no Brasil, pela ótica do isomorfismo. IN: XIX Congresso Brasileira do Contabilidade, 2012, Bento Gonçalves. **Anais...XIX Congresso Brasileiro de Custos**, 2012.
- SOUTES, D. O.; DE ZEN, M. J. C. M. Estágios evolutivos da contabilidade gerencial em empresas brasileiras. . In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.
- SOUTES, D. O.; GUERREIRO, R. Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras. In: EnNPAD. 31., Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- SULAIMAN, M. et al. Management accounting practices in select Asian countries: a review of thw literature. *Managerial Audinting Journal*, n. 19, v. 4, p. 493-508, 2004.
- TISOTT, S.T.; RIZZO, M.R.; GAMA, R.; MOURA, G. Desempenho e análise da utilização do Balanced Scorecard na companhia de transmissão de energia elétrica paulista – CTEEP.
- TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; C. HARDY, C.; NORD, W. (Org). **Handbook dos estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998, v.1, p. 196-219.
- VERRECHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v.22, p.97-180, 2001.